

DA BOCA PARA FORA? DOHA IMPLICA COMPROMISSO DO PAÍS COM LIBERALIZAÇÃO

MARCELO DE PAIVA ABREU

A crise argentina tem sido fonte de um número incontável de chavões e clichês que, em geral, caem em rápido desuso dada a vertiginosa evolução da crise econômica e política. Durante anos a palavra blindagem só era usada para carros de combate, ou em carros de passeio como proteção contra tiros de assaltantes. Repentinamente, promovido pelo ministro Cavallo, o termo blindagem financeira tornou-se menção quase obrigatória quando se tratava de realçar a capacidade de resistência do combalido regime cambial argentino.

Mas foi por pouco tempo. De repente, quando começou a generalizar-se a desconfiança quanto à solidez dos materiais que poderiam constituir tal blindagem e à sua espessura (em dólares), a palavra caiu em súbita obsolescência.

Mas a fonte é inesgotável. O termo da moda agora é "descolamento". Com a deterioração do quadro argentino, os prêmios de risco associados ao Brasil e Argentina começaram a divergir. Eram iguais em fevereiro de 2001, por volta de 700 (Embi, Emerging Market Bond Index, JP Morgan), ou seja, 7,0% acima dos papéis norte-americanos. Em julho, o prêmio argentino já era 30% maior do que o do Brasil, que beirava 1.000. Até o final de outubro oscilou em torno de 50%-60% acima do prêmio Brasil que, no início do mês, havia alcançado 1.256, seu maior valor recente. A partir daí começou o colapso argentino rumo a prêmios de risco nigerianos, e além. Hoje o prêmio argentino é mais de três vezes o brasileiro, que baixou para cerca de 920. É aí que entra o clichê da vez, associado à recorrente ciclotimia nacional: o risco argentino descolou do brasileiro. Isto certamente é verdade, mas o grosso da divergência se deve ao colapso da Argentina e não à queda do prêmio brasileiro. Captar recursos externos a um custo anual 9,2% acima da taxa de referência do governo dos EUA ainda configura situação vulnerável.

Além disto, não há qualquer razão para que o atual descolamento dos prêmios de risco assegure imunidade brasileira ao contágio do anunciado colapso do vizinho.

Além do contágio argentino, outras variáveis são importantes para explicar por que o prêmio de risco brasileiro permanece tão alto: recrudescimento de pressões inflacionárias, reflexos da queda do nível de atividade em escala mundial, aumento de incerteza associada à eleição presidencial, adiamento de planos de privatização. Em geral não houve desenvolvimentos recente muito favoráveis. A única notícia realmente boa, que certamente ajudou a melhorar o prêmio brasileiro desde outubro, foi a reversão das expectativas quanto ao impacto da desvalorização cambial sobre o saldo da balança comercial. Em todo caso, descolamento de prêmios de risco não deve servir de bandeira para tentar alterar a postura corretamente defensiva do Banco Central quanto à política de juros.

Outra função importante do Banco Central é contribuir para evitar a adoção de políticas que comprometem a coerência da política macroeconômica e que freqüentemente beneficiam interesses específicos mascaradas na defesa do interesse coletivo. As recém-concluídas negociações comerciais multilaterais em Doha levaram ao lançamento de nova rodada na OMC. É verdade que ainda depende dos humores do Congresso dos EUA. Trata-se de sinal importante, embora os resultados concretos só surjam no longo prazo. A agenda não é ruim do ponto de vista do Brasil. Inclui algo sobre antidumping, deixa a União Européia pressionada quanto ao protecionismo agrícola e faz prevalecer a possibilidade de alguma flexibilidade na aplicação das regras sobre propriedade intelectual para produtos farmacêuticos. Mas não cabe qualquer dúvida de que o compromisso do Brasil, como o de todos os outros membros da OMC, é com a redução adicional de tarifas e barreiras não-tarifárias.

O clima de autocongratulação que tomou conta do governo pode ser irritante para os críticos mais amargos mas não há como negar que a situação, para o Brasil, é muito diferente da que marcou o lançamento da última rodada de negociações multilaterais do Gatt, a Rodada Uruguai, em 1986. Levando ao limite a posição de

bloqueio às negociações, o Brasil, juntamente com Índia, foi completamente isolado, deixando de lado a negociação sobre propriedade intelectual, que teria implicações vitais para os seus interesses, e salvando precariamente a face com a inócua segregação da negociação de serviços. Ao contrário do que ocorreu em Punta del Este, o Brasil apresentou em Doha um programa positivo. E a contribuição construtiva da delegação brasileiras foi reconhecida internacionalmente, especialmente a dos ministros das Relações Exteriores e da Saúde.

No entanto, o que se constata é que, enquanto o Brasil se compromete internacionalmente a aprofundar a liberalização comercial, trocando concessões com seus parceiros na OMC, nomes que se proclamam representativos do setor privado fazem, em coro, declarações inoportunas e equivocadas na contramão destes compromissos. Isto também é descolamento. Da realidade. O pretexto foi uma conferência na qual o presidente do Banco Central desancou com grande galhardia a ênfase dada no passado ao protecionismo e aos subsídios ao setor industrial. As reações foram imediatas e infundadas.

Alegou-se que emitir juízo sobre política industrial não é atribuição de presidente de Banco Central, citando-se o exemplo dos EUA. Errado. Greenspan faz habitualmente declarações sobre a OMC, a acessão da China e outros temas que no Brasil seriam certamente considerados de política industrial. Será que ter opinião sobre política industrial deve ser privilégio dos que dela se beneficiam ou de seus satélites? Quanto às consequências do protecionismo no Brasil, seria interessante conhecer que evidência indica que a partir do fim da década de 1970 o fechamento da economia tenha tido efeitos benéficos para outros setores além dos diretamente protegidos pela tarifa alta ou infinita. Será que o setor privado deseja a volta do protecionismo? A saída da OMC? Vai ser preciso mais realismo e menos jogo.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio